

PET no RECURSO ESPECIAL Nº 1.781.174 - GO (2018/0311220-2)

RELATORA : **MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
REQUERENTE : **LUCIANO VIEIRA**
ADVOGADO : **LUCIANO VIEIRA (EM CAUSA PRÓPRIA) - GO022545**
REQUERIDO : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS**
INTERES. : **MARIA DIVINA SERRADOURADA DE MOURA**
ADVOGADO : **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE GOIÁS**
INTERES. : **MARIA ROSA BARCELOS FARIA**
ADVOGADO : **JOSÉ COELHO BARCELOS BORGES - GO030737**
INTERES. : **AILTON MARQUES BORGES**
ADVOGADO : **JOSÉ COELHO BARCELOS BORGES - GO030737**

DESPACHO

Cuida-se de petição (fls. 2.919-2.920) formulada por Luciano Vieira por meio da qual requer "seja o processo colocado sob segredo de justiça, tendo em vista que o réu é advogado e pessoa conhecida na comarca de Itumbiara-GO, a qual é de pequeno porte".

Argumenta que "a tramitação dos autos com vista a qualquer pessoa poderá prejudicá-lo irremediavelmente em sua carreira profissional, bem como em seu convívio social" e que "por se tratar de advogado que atua em comarca de pequeno porte, a mera consulta dos presentes autos pode fazer com que terceiros por vezes não bem intencionados utilizem tais informações para prejudicá-lo profissionalmente, o que dificultaria muito sua própria subsistência e até mesmo a convivência em sociedade".

Não há nada, porém, a prover.

Os argumentos declinados pelo peticionário são genéricos e poderiam servir a qualquer advogado que atue em comarcas de pequeno porte. Não há nestes autos qualquer situação particularizante que possa justificar a medida, valendo lembrar que em nosso sistema constitucional a publicidade é a regra, e o sigilo exceção (CF, art. 5º, LX).

Publique-se.

Intime-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Vice-Presidente